

Demonstrações Contábeis

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

31 de dezembro de 2018
com Relatório do Auditor Independente

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2018

Índice

| | |
|---|---|
| Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis..... | 1 |
| Balanço patrimonial | 3 |
| Demonstração do resultado | 5 |
| Demonstração do resultado abrangente | 6 |
| Demonstração das mutações do patrimônio líquido..... | 7 |
| Demonstração dos fluxos de caixa..... | 8 |
| Notas explicativas às demonstrações contábeis | 9 |

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.
Recife - PE

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Interligação Elétrica Garanhuns S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Interligação Elétrica Garanhuns S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 15 de fevereiro de 2018, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

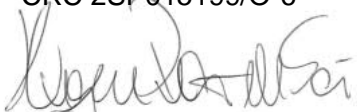
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 19 de março de 2019

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/O-6



Henrique Piereck de Sá
Contador CRC PE023398/O-3

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

| | Notas | 2018 | 2017 |
|--|-------|------------------|-----------|
| Ativo | | | |
| Circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3 | 4.187 | 4.239 |
| Aplicações financeiras | 4 | 33.303 | 43.308 |
| Concessionárias e permissionárias | 5 | 9.308 | 8.600 |
| Tributos a recuperar | 7 | 2.870 | 2.021 |
| Estoques | | 2.894 | 2.557 |
| Ativo de concessão | 8 | 87.414 | 83.078 |
| Despesas antecipadas | | 2 | 12 |
| Outros créditos | | 96 | 25 |
| | | 140.074 | 143.840 |
| Não circulante | | | |
| Realizável a longo prazo | | | |
| Tributos a recuperar | | - | 2.879 |
| Caixa restrito | 6 | 12.560 | 12.733 |
| Ativo de concessão | 8 | 1.007.501 | 1.064.276 |
| Imobilizado | | 1.260 | 248 |
| Intangível | | 1 | 4 |
| | | 1.021.322 | 1.080.140 |
| Total do ativo | | 1.161.396 | 1.223.980 |
| Passivo | | | |
| Circulante | | | |
| Fornecedores | 10 | 13.155 | 22.324 |
| Empréstimos e financiamentos | 9 | 33.400 | 33.443 |
| Tributos a recolher | 7 | 1.185 | 759 |
| Obrigações estimadas | | 778 | 829 |
| Dividendos a pagar | 16 | 17.134 | - |
| Outras contas a pagar | 11 | 11.840 | 13.130 |
| | | 77.492 | 70.485 |
| Não circulante | | | |
| Fornecedores | 10 | - | 1.212 |
| Empréstimos e financiamentos | 9 | 218.523 | 249.996 |
| PIS e Cofins diferidos | 12 | 102.134 | 106.993 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 14 | 63.702 | 68.148 |
| | | 384.359 | 426.349 |
| Patrimônio líquido | | | |
| Capital social | 16 | 570.000 | 570.000 |
| Reservas de lucros | | 129.545 | 157.146 |
| | | 699.545 | 727.146 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | 1.161.396 | 1.223.980 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Demonstração do resultado
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

| | Notas | 2018 | 2017 |
|---|--------------|-----------------|-------------|
| Receita operacional líquida | 17 | 121.036 | 118.562 |
| Custo da infra-estrutura | 18 | (12.750) | (21.940) |
| Lucro operacional bruto | | 108.286 | 96.622 |
| Receitas (despesas) operacionais | | | |
| Despesas gerais e administrativas | 19 | (3.600) | (3.289) |
| Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas | | 306 | (146.844) |
| | | (3.294) | (150.134) |
| Resultado do serviço | | 104.992 | (53.512) |
| Resultado financeiro | | | |
| Receita financeira | 20 | 3.050 | 5.048 |
| Despesa financeira | 20 | (19.330) | (23.105) |
| | | (16.280) | (18.057) |
| Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social | | 88.712 | (71.569) |
| Impostos sobre o lucro: | | | |
| Corrente | 13 | (1.480) | (1.920) |
| Diferido | 14 | (11.253) | 14.527 |
| | | (12.733) | 12.607 |
| Lucro líquido (prejuízo) do exercício | | 75.979 | (58.962) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

| | <u>2018</u> | <u>2017</u> |
|---------------------------------------|---------------|-----------------|
| Lucro líquido (prejuízo) do exercício | 75.979 | (58.962) |
| Outros resultados abrangentes | - | - |
| Resultado abrangente do exercício | <u>75.979</u> | <u>(58.962)</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

| | Reserva de lucros | | | | | Lucros acumulados | Total |
|---|-------------------|---------------|--------------------|--------------------|--------------------------------|-------------------|----------------|
| | Capital social | Reserva legal | Incentivos fiscais | Retenção de lucros | Reserva especial de dividendos | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2016 | 570.000 | 10.806 | 4.388 | 150.684 | 50.230 | - | 786.108 |
| Prejuízo do exercício | - | - | - | - | - | (58.962) | (58.962) |
| Absorção de prejuízo com reserva de lucros | - | - | - | (58.962) | - | 58.962 | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2017 | 570.000 | 10.806 | 4.388 | 91.722 | 50.230 | - | 727.146 |
| Adoção CPC 47, efeito em 1º de janeiro de 2018 | - | - | - | - | - | (71.246) | (71.246) |
| Absorção de prejuízos com reservas, Adoção CPC 47 | - | - | - | (71.246) | - | 71.246 | - |
| Distribuição de dividendos adicionais | - | - | - | - | (15.200) | - | (15.200) |
| Reversão de reserva de incentivos fiscais contabilizada a maior | - | - | (472) | 472 | - | - | - |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | 75.979 | 75.979 |
| Destinação do lucro: | | | | | | | |
| Constituição de reserva legal | - | 3.799 | - | - | - | (3.799) | - |
| Constituição de reserva de incentivos fiscais | - | - | 3.644 | - | - | (3.644) | - |
| Dividendos mínimos obrigatórios | - | - | - | - | - | (17.134) | (17.134) |
| Constituição de reserva de retenção de lucros | - | - | - | 51.402 | - | (51.402) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2018 | 570.000 | 14.605 | 7.560 | 72.350 | 35.030 | - | 699.545 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Demonstração do fluxo de caixa – Método indireto

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

| | <u>2018</u> | <u>2017</u> |
|--|------------------|-------------|
| Atividades operacionais | | |
| Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social | 88.712 | (71.570) |
| Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) ao caixa | | |
| Depreciação | 60 | 47 |
| Juros sobre empréstimos e financiamentos | 19.131 | 21.878 |
| Remuneração dos ativos de concessão | (122.859) | 19.635 |
| Ajuste da RAP | - | 103.045 |
| Rendimento de aplicações financeiras | (3.083) | (1.504) |
| PIS e Cofins diferidos | 3.651 | (10.999) |
| | (14.388) | 60.532 |
| (Aumento) redução nos ativos | | |
| Concessionárias e permissionárias | (708) | 3.248 |
| Tributos a recuperar | 893 | (3.481) |
| Estoques | (337) | (2.251) |
| Ativo de concessão | 82.811 | (1.268) |
| Despesas antecipadas | 10 | (3) |
| Outros créditos | (73) | 701 |
| | 82.596 | (3.054) |
| Aumento (redução) nos passivos | | |
| Fornecedores | (10.381) | 3.597 |
| Tributos a recolher | 370 | (18.764) |
| Obrigações estimadas | (49) | 289 |
| Outras contas a pagar | (1.290) | (954) |
| | 56.858 | 41.646 |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | (2.674) | (4.458) |
| Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais | 54.184 | 37.188 |
| Atividades de investimento | | |
| Aplicações financeiras | 12.680 | 14.986 |
| Aplicações no imobilizado | (1.069) | (90) |
| Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento | 11.611 | 14.896 |
| Atividades de financiamento | | |
| Dividendos pagos | (15.200) | - |
| Amortização de principal e juros de financiamentos | (50.647) | (52.215) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento | (65.847) | (52.215) |
| Decréscimo de caixa e equivalentes de caixa | (52) | (131) |
| Caixa e equivalentes de caixa | | |
| No início do exercício | 4.239 | 4.370 |
| No final do exercício | 4.187 | 4.239 |
| Decréscimo de caixa e equivalentes de caixa | (52) | (131) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

Objeto social

A Interligação Elétrica Garanhuns S.A. (a “Companhia”) foi constituída como sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Recife, Estado de Pernambuco, em 22 de setembro de 2011, com o propósito específico de exploração de ativos de transmissão de energia elétrica, tendo como objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações, centros de controle e respectiva infraestrutura, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Por se tratar de uma concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Concessões

A Companhia assinou Contrato de Concessão ANEEL nº 22/2011, em 9 de dezembro de 2011, para Implantação e Exploração das Instalações de Transmissão constantes do “Lote L”, do Leilão ANEEL nº 004/2011.

O leilão teve como objeto a concessão do Sistema de Transmissão, composto por 8 (oito) Linhas de Transmissão e 2 (duas) Subestações conforme descrito a seguir:

- Subestação Pau Ferro 500/230 kV - 1.500 MVA, ampliação das Subestações Luiz Gonzaga 500 kV e Campina Grande III 500 kV, além de um vão de entrada de linha 230 kV na Subestação Angelim I;
- Subestação Garanhuns 500/230 kV – 600 MVA;
- Linha de Transmissão 500 kV Luiz Gonzaga – Garanhuns C2, circuito simples (218 km);
- Linha de Transmissão 500 kV Garanhuns – Pau Ferro, circuito simples (209 km);
- Linha de Transmissão 500 kV Garanhuns – Campina Grande III, circuito simples (194 km);
- Linha de Transmissão 230 kV Garanhuns – Angelim I, circuito simples (12 km);
- Quatro linhas de transmissão na extensão de 170,2 km foram implantadas pela Companhia e transferidas para a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF, por obrigação do contrato de concessão;
- Seccionamento da LT 230 kV Paulo Afonso III - Angelim C2 e C3 - circuito duplo, no Estado de Pernambuco, com extensão de 2 km (2 x 1 km).
- SE Garanhuns 500/230 kV - 600 MVA, no Estado de Pernambuco;
- SE Pau Ferro 500/230 kV - 1500 MVA, localizada no Estado de Pernambuco.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

Concessões--Continuação

O empreendimento está localizado em 51 municípios, distribuídos nos Estados de Pernambuco (89%), Alagoas (6%) e Paraíba (5%).

Municípios atendidos:

- a) Pernambuco:** Petrolândia, São João, Escada, Jatobá, Angelim, Cabo de Santo Agostinho, Tacaratu, Jupi, Vitória de Santo Antão, Calçado, Chã de Alegria, Lajedo, Glória do Goitá, Bezerros, Gravatá, Camocim de São Félix, Itaíba, Cachoeirinha, Canhotinho, Paudalho, Tupanatinga, Tacaimbó, Ibirajuba, Tracunhaém, Passira, Buíque, Lagoa de Itaenga, Carpina, Belo Jardim, Jurema, Araçoiaba, Águas Belas, Brejo da Madre de Deus, Panelas, Igarassu, Pedra, Caruaru, Altinho, Paranatama, Taquaritinga do Norte, Agrestina, Caetés, São Joaquim do Monte e Garanhuns.
- b) Paraíba:** Riacho de Santo Antônio, Alcantil, Queimadas, Barra de Santana e Campina Grande.
- c) Alagoas:** Mata Grande e Canapi.

A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária foi definida pelo poder concedente, a ANEEL, e fixada anualmente, para períodos definidos como ciclos que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, através de Resoluções Homologatórias.

Contrato de concessão

| <u>Número</u> | <u>Prazo (anos)</u> | <u>Vigência até</u> | <u>RAP(*)</u> | <u>Índice de correção</u> |
|---------------|---------------------|---------------------|---------------|---------------------------|
| 022/2011 | 30 | 09/12/2041 | 68.900 | IPCA |

(*) A RAP informada está conforme contrato de concessão ANEEL 022/2011 e tem a referência de setembro de 2011 (valor original).

O Contrato de Concessão estabelece que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se demonstrada na Nota 8.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das práticas contábeis

2.1 Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). As demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros da Diretoria em 19 de março de 2019.

a. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando o Real, moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas Valores expressos em milhares de reais.

b. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das práticas contábeis--Continuação

2.1 Bases de elaboração e apresentação--Continuação

b. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos: contabilização dos contratos de concessão, momento de reconhecimento do ativo contratual, determinação das receitas de infraestrutura e de operação e manutenção, definição da taxa de juros de desconto do ativo contratual, constituição de ativo ou passivo fiscal diferido, análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas.

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual. O tratamento contábil para os contratos de concessão da Companhia e suas características estão demonstrados nas Notas 2(g) e 8.

Momento de reconhecimento do ativo financeiro

A administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das práticas contábeis--Continuação

2.1 Bases de elaboração e apresentação--Continuação

b. Julgamento, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

A taxa aplicada ao ativo contratual é uma taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

Determinação das receitas de implementação de infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos.

Determinação dos serviços de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços.

2.2 Principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das práticas contábeis--Continuação

2.2 Principais práticas contábeis

b. Reconhecimento de receita

A Companhia aplicou o CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes a partir de 1º de janeiro de 2018. Informações adicionais sobre as práticas contábeis da Companhia relacionadas a contratos com clientes e o efeito da aplicação inicial do CPC 47 estão descritos no item “n” da Nota 2.2.

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

Receita de implementação da infraestrutura

Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura das instalações de transmissão de energia elétrica. São reconhecidos conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e Cofins ao valor do investimento uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação de infraestrutura e encargos.

Receita de remuneração dos ativos de concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

Receita de operação e manutenção

Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das práticas contábeis--Continuação

2.2 Principais práticas contábeis--Continuação

c. Tributos

Correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributáveis. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Em 29 de dezembro de 2016, foi emitido o Laudo de Constituição nº 0220/2016 emitido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) onde aprova o direito ao benefício fiscal de redução de 75% do Imposto de Renda e Adicionais não restituíveis em favor da Companhia com o período de fruição de 2016 a 2025. A fundamentação legal para o reconhecimento do direito é o Art. 1º da Medida Provisória nº 2.199/2014, de 24 de agosto de 2011, em conformidade com o estabelecido no Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002, e com o Regulamento dos Incentivos Fiscais.

Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apurados observando-se as disposições da legislação aplicável, com base no lucro líquido, ajustado pela inclusão de despesas não dedutíveis, exclusão de receitas não tributáveis e inclusão e/ou exclusão de diferenças temporárias.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, somente na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

Os impostos diferidos passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das práticas contábeis--Continuação

2.2 Principais práticas contábeis--Continuação

c. Tributos--Continuação

Diferidos--Continuação

O PIS e a Cofins diferidos incidem sobre a receita de implementação de infraestrutura e remuneração dos ativos da concessão que remunera o ativo financeiro. O recolhimento de tais tributos ocorrerá no período do efetivo faturamento da RAP e amortização do ativo financeiro.

d. Subvenções

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado.

e. Instrumentos financeiros

A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros

Classificação e mensuração

Com a adoção do CPC 48 os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das práticas contábeis--Continuação

2.2 Principais práticas contábeis--Continuação

e. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Classificação e mensuração--Continuação

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia passou a apresentar os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, outros ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados aos equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Custo amortizado

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das práticas contábeis--Continuação

2.2 Principais práticas contábeis--Continuação

e. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Custo amortizado

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os principais ativos financeiros classificados nesta categoria são valores a receber de concessionárias e permissionárias.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O CPC 48 substituiu o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

f. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com risco insignificante de variação no seu valor de mercado. Os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos, por não apresentarem diferença significativa com seu valor de mercado.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das práticas contábeis--Continuação

2.2 Principais práticas contábeis--Continuação

f. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo--Continuação

Os investimentos de curto prazo estão classificados como disponíveis para venda e são mensurados pelo seu valor justo por meio do resultado. Os juros, correção monetária e variação cambial, quando aplicável, contratados nas aplicações financeiras são reconhecidos no resultado quando incorridos.

g. Ativo de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão, a serviços de operação e manutenção.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das práticas contábeis--Continuação

2.2 Principais práticas contábeis--Continuação

g. Ativo de concessão--Continuação

A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início do projeto; e (ii) atualizado pelo IPCA/IGPM.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos da concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por terem o direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das práticas contábeis--Continuação

2.2 Principais práticas contábeis--Continuação

g. Ativo de concessão--Continuação

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante.

h. Imobilizado

Representado, basicamente, pelos ativos administrativos. A depreciação é calculada pelo método linear considerando vida útil estimada e o método de depreciação seguem os critérios previstos na Resolução ANEEL n°. 367, de 2 de junho de 2009.

i. Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo seu valor líquido de realização.

Provisões são constituídas por valores considerados de improvável realização dos ativos na data dos balanços patrimoniais.

j. Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço, quando aplicáveis.

k. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das práticas contábeis--Continuação

2.2 Principais práticas contábeis--Continuação

k. Provisões

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Quando aplicáveis, as provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

A Companhia não possui contingências cuja avaliação das expectativas de perdas de seus assessores jurídicos seja “provável”. Assim, nenhuma provisão para perdas foi constituída.

l. Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC. A Companhia apresenta os juros sobre empréstimos e financiamentos como parte das atividades de financiamento.

m. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas de remuneração dos ativos da concessão no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das práticas contábeis--Continuação

2.2 Principais práticas contábeis--Continuação

n. Principais mudanças nas políticas contábeis

A Companhia adotou os novos pronunciamentos e interpretações novas e/ou revisadas pelo CPC, com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018, que são:

CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes

Na adoção do CPC 47, a Companhia aplicou o método do efetivo cumulativo, não reproduzindo os efeitos deste CPC para o exercício comparativo de 2017. Os ajustes dos saldos contábeis em função da adoção inicial foram registrados em lucros acumulados.

O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com referido CPC, a receita reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A Companhia avaliou suas operações à luz das novas normas contábeis, e conforme descrito no item g, concluiu que a atividade de implementação da infraestrutura é afetada pelo novo CPC, uma vez que o direito à contraprestação por bens e serviços está condicionado ao cumprimento de outra obrigação de desempenho. Como consequência da aplicação do CPC 47, o Contas a receber de Implementação da Infraestrutura, até então, classificado como ativo financeiro, e cujo saldo totalizava, em 1º de janeiro de 2018, R\$ 1.147.354 passa a ser classificado como ativo contratual, no montante de R\$ 1.094.915. A diferença dos critérios de mensuração, no montante de R\$ 71.246, foi contabilizada diretamente em lucros acumulados, líquido dos efeitos tributários.

CPC 48 – Instrumentos financeiros

O CPC 48 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge.

A Companhia adotou a nova norma e com base no advento da adoção inicial simplificada, utilizou-se da isenção de não apresentação de informações comparativas dos períodos anteriores.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das práticas contábeis--Continuação

2.2. Principais mudanças nas políticas contábeis--Continuação

o. Normas emitidas mas ainda não vigentes

CPC 06(R2) - Operações de Arrendamento Mercantil: O CPC 06(R2) substitui as normas de arrendamentos existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; (b) reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e (c) reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. Esta norma é efetiva para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia possui baixo volume com contratos de arrendamentos e cujos valores não são representativos, assim não espera impactos significativos nas demonstrações contábeis com a adoção do CPC 06 (R2).

3. Caixa e equivalentes de caixa

| | 2018 | 2017 |
|-----------------------|--------------|--------------|
| Caixa | 2 | 7 |
| Banco conta movimento | 4.185 | 4.232 |
| | 4.187 | 4.239 |

4. Aplicações financeiras

| | 2018 | 2017 |
|-------------------------|---------------|---------------|
| Circulante: | | |
| Fundos de investimentos | 33.303 | 43.308 |
| | 33.303 | 43.308 |

A Companhia concentra as suas aplicações financeiras no Fundo de Investimento Xavantes Referenciado DI, constituído para investimento exclusivo pela Companhia, e outras controladas do Grupo CTEEP em conjunto, administrado pelo Banco Itaú-Unibanco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Special DI (2018: 6,42%).

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Aplicações financeiras--Continuação

A composição da carteira em 31 de dezembro de 2018 reflete principalmente aplicações em operações compromissadas em títulos públicos federais, letras financeiras, debêntures, CDB pós-fixado e depósitos à vista.

5. Concessionárias e permissionárias

| | 2018 | 2017 |
|--|--------------|--------------|
| Encargos de uso da transmissão a receber | 9.308 | 8.600 |
| | 9.308 | 8.600 |

6. Caixa restrito

O saldo de caixa restrito refere-se a contas de reserva vinculadas ao financiamento da Companhia junto ao BNDES. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo do caixa restrito é R\$ 12.560 (R\$ 12.733 em 31 de dezembro de 2017).

7. Tributos a recuperar e a recolher

| | 2018 | 2017 |
|-----------------------------------|----------------|----------------|
| Ativo | | |
| IRRF sobre aplicações financeiras | 1.550 | 969 |
| IRPJ e CSLL estimativa | 995 | 995 |
| IRPJ retido na fonte | 209 | 15 |
| CSLL retido na fonte | 19 | 9 |
| PIS retido na fonte | 13 | 6 |
| COFINS retido na fonte | 58 | 27 |
| Outros tributos a recuperar | 26 | 2.879 |
| | 2.870 | 4.900 |
| Circulante | (2.870) | (2.021) |
| Não circulante | - | 2.879 |
| | | |
| Passivo | | |
| Circulante: | | |
| CSLL | 184 | - |
| PIS a recolher | 158 | 108 |
| COFINS a recolher | 731 | 500 |
| Outros tributos a recolher | 112 | 151 |
| | 1.185 | 759 |

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

8. Ativo de concessão

| | 2018 | 2017 |
|--------------------------------------|------------------|-----------|
| Saldo inicial | 1.147.354 | 1.268.766 |
| Adoção do CPC 47 | (91.995) | - |
| Remuneração dos ativos da concessão | 122.859 | 111.172 |
| Receita de infra-estrutura | 1.726 | 1.198 |
| Receita de O&M | 12.965 | 8.274 |
| Realização do ativo financeiro (RAP) | (84.389) | (95.212) |
| Revisão tarifária | (13.605) | (146.844) |
| Saldo final | 1.094.915 | 1.147.354 |
| Circulante | (87.414) | (83.078) |
| Não circulante | 1.007.501 | 1.064.276 |

Os serviços públicos de transmissão de energia elétrica prestados pela Companhia são regulamentados pelo Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrado entre a União – Poder Concedente e a Companhia. Estes contratos de concessão estabelecem os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados assim como estabelecem também, que os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente no final da concessão, mediante pagamento de uma indenização.

Sendo assim, com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica da Companhia, decidiu-se pela aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão na Companhia. A Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão indica as condições para a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica, abrangendo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como ativo contratual por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

A infraestrutura construída da atividade de transmissão será recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- Parte através da Receita Anual Permitida – RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão; e
- Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa, considerando-se que esta parcela do ativo financeiro é garantida no contrato de concessão, e está incluída no modelo de fluxo de caixa.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

8. Ativo de concessão--Continuação

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços concedidos.

| | <u>2018</u> | <u>2017</u> |
|---|------------------|------------------|
| Ativo financeiro | | |
| Contas a receber de serviços de implementação da infraestrutura (b) | 1.726 | 1.198 |
| Contas a receber indenização (c) | <u>1.093.189</u> | <u>1.146.156</u> |
| | <u>1.094.915</u> | <u>1.147.354</u> |
| Circulante | <u>(87.414)</u> | <u>(83.078)</u> |
| Não circulante | <u>1.007.501</u> | <u>1.064.276</u> |

- (a) O&M - Operação e Manutenção refere-se à parcela do faturamento mensalmente informado pelo ONS destacada para remuneração dos serviços de operação e manutenção, com prazo médio de recebimento inferior a 30 dias.
- (b) Implementação da infraestrutura – valor a receber referente aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica até o término da vigência de cada um dos contratos de concessão, dos quais a Companhia é signatária, ajustado a valor presente e remunerado pela taxa efetiva de juros.
- (c) Contas a receber indenização – refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final dos contratos de concessão vigentes e ao qual a Companhia terá direito de receber caixa ou outro ativo financeiro, ao término da vigência dos contratos de concessão.

9. Empréstimos e financiamentos

| | <u>2018</u> | <u>2017</u> |
|--|-----------------|-----------------|
| Moeda Nacional | | |
| Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (1) | | |
| Principal | 251.720 | 283.113 |
| Encargos | <u>634</u> | <u>805</u> |
| | <u>252.354</u> | <u>283.918</u> |
| (-) Custos de transação | <u>(431)</u> | <u>(479)</u> |
| | <u>251.923</u> | <u>283.439</u> |
| Circulante | <u>(33.400)</u> | <u>(33.443)</u> |
| Não circulante | <u>218.523</u> | <u>249.996</u> |

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

9. Empréstimos e financiamentos--Continuação

- (1) Os saldos devidos são provenientes de contrato de financiamento no valor original de R\$ 357.440, obtido junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a ser pago em prestações mensais, com vencimentos até dezembro de 2028. Os encargos financeiros incidentes sobre a dívida são:

| Parcela | Valor original | Indexador | Spread (% a.a.) |
|--------------|----------------|-------------------------------------|-----------------|
| Subcrédito A | 234.978 | Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP | 2,05 |
| Subcrédito B | 120.686 | Pré-fixado | 3,50 |
| Subcrédito C | 1.776 | Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP | N/A |

O financiamento teve como finalidade a implantação das instalações, objeto do Contrato de Concessão n° 022/2011-ANEEL, celebrado entre a Companhia e a União, e tem como garantia o penhor de ações da Companhia, o penhor dos direitos emergentes da concessão, fiança corporativa, fundo de liquidez e outros.

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 08, a Companhia contabilizou os custos de transação incorridos na captação de recursos como redutora da conta de empréstimos e são amortizados conforme prazo de vencimento dos empréstimos.

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos estão representados a seguir:

| Vencimento por exercício: | 2018 | 2017 |
|---------------------------|----------------|----------------|
| 2019 | - | 26.652 |
| 2020 | 32.707 | 26.652 |
| 2021 | 32.707 | 26.652 |
| 2022 | 32.707 | 26.652 |
| 2023 | 27.945 | 26.652 |
| Após 2023 | 92.457 | 116.736 |
| | 218.523 | 249.996 |

A movimentação dos empréstimos e financiamentos para os períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, está assim representada:

| | 2018 | 2017 |
|----------------------------------|----------------|----------------|
| Saldo inicial | 283.439 | 313.776 |
| Juros incorridos | 19.131 | 21.878 |
| Amortização de principal e juros | (50.647) | (52.215) |
| Saldo final | 251.923 | 283.439 |

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

10. Fornecedores

O saldo de fornecedores refere-se, basicamente, às compras de materiais e serviços para implementação, operação, e manutenção da infraestrutura de transmissão. Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o saldo de fornecedores é de:

| | 2018 | 2017 |
|----------------|---------------|---------------|
| Circulante | 13.155 | 22.324 |
| Não circulante | - | 1.212 |
| | 13.155 | 23.536 |

11. Outras contas a pagar

| | 2018 | 2017 |
|-----------------------|---------------|---------------|
| Indenizações a pagar | 8.466 | 9.512 |
| Taxas regulamentares | 3.279 | 3.572 |
| Outras contas a pagar | 95 | 46 |
| | 11.840 | 13.130 |

12. PIS e Cofins diferidos

As contribuições de PIS e Cofins incidem sobre a receita de implementação e remuneração dos ativos da concessão, que remunera o ativo financeiro. O total destes tributos é R\$ 102.134 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 106.993 em 31 de dezembro de 2017). O recolhimento ocorrerá no período do efetivo faturamento da RAP e liquidação do ativo financeiro, conforme previsto na Lei nº 12.973/14.

13. Imposto de renda e contribuição social correntes

| | 2018 | 2017 |
|---|--------------|----------------|
| Lucro (prejuízo) antes da contribuição social e do imposto de renda | 88.712 | (71.570) |
| Alíquota de IR e CSLL (34%) | 30.162 | - |
| Adições (exclusões), líquidas | (25.038) | (1.920) |
| Incentivo fiscal | (3.644) | - |
| | 1.480 | (1.920) |
| Alíquota fiscal efetiva | 2% | 3% |

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

14. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo do imposto de renda e contribuição social diferido passivo é decorrente dos resultados da operação de construção e receita financeira (ICPC 01) reconhecidos por competência, que serão oferecidos a tributação a medida do efetivo recebimento, conforme previsto no artigo nº 168 da Instrução Normativa nº 1.700 e Lei nº 12.973/14. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo registrado de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos é de R\$ 63.702 (R\$ 68.148 em 31 de dezembro de 2017).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são calculados levando em consideração a taxa efetiva de 15,25% até o exercício de 2025, quando termina o incentivo fiscal da Companhia. Após isto, a taxa efetiva passará para 34%.

A composição dos impostos de renda e contribuição social diferidos é a seguinte:

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|------|---------------|---------------|
| IRPJ | 46.840 | 50.108 |
| CSLL | 16.862 | 18.040 |
| | <u>63.702</u> | <u>68.148</u> |

15. Provisão para contingências

A Companhia possui em andamento ações cíveis que tratam de definir o valor da indenização das servidões para passagem da linha de transmissão da Companhia e processos administrativos de cobrança indevida do diferencial de alíquota do ICMS na SEFAZ-PE em 31 de dezembro de 2018, que totalizam aproximadamente R\$ 8.250 (R\$ 8.738 em 31 de dezembro de 2017), os quais foram avaliadas pelos assessores jurídicos quase em sua totalidade como probabilidade de perda possível, portanto, não foram provisionadas.

Dentre as principais ações não provisionadas, podemos destacar:

- (i) Processos nº 0001588-41.2013.4.05.8300 e 0003061-62.2013.4.05.8300 – Ação movida pela Usina Petribú S/A em face de indenização das servidões para passagem das linhas de transmissão, no montante de R\$ 10.744.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite do capital social autorizado de R\$ 600.000.

O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2018 e 2017 é de R\$ 570.000, representado por 570.000.000 ações ordinárias, sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é a seguinte:

| <u>Acionista</u> | <u>Quantidade de ações</u> | <u>%</u> |
|------------------|----------------------------|----------|
| CTEEP | 290.700 | 51% |
| CHESF | 279.300 | 49% |
| | 570.000 | 100% |

b) Reservas de lucros:

- (i) Reserva legal: Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.
- (ii) Reserva especial de dividendos: De acordo com o estatuto da Companhia, é assegurado aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei. Em 2017, não houve dividendo mínimo obrigatório, visto que o resultado da companhia foi negativo.
- (iii) Reserva de retenção de lucros: A parcela remanescente do lucro líquido do exercício, após as distribuições e demais destinações estatutárias, permanecerá à disposição dos acionistas para futuras destinações
- (iv) Reserva de incentivo fiscal: O valor resultante do benefício fiscal (valor do imposto que deixar de ser pago), deve constituir reserva de capital da empresa e só poderá ser utilizado para absorção de prejuízo ou aumento de capital social, não podendo ser distribuído aos sócios ou acionistas, sob pena de perda do benefício fiscal e da obrigação de recolher, com relação à importância distribuída, o imposto que a pessoa jurídica tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e demais penalidades cabíveis (art.19, §§ 3º e 5º, do Decreto Lei nº 1.298/77).

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

16. Patrimônio líquido--Continuação

c) Dividendos

O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal, conforme demonstrado a seguir:

| | <u>2018</u> | <u>2017</u> |
|---------------------------------------|---------------|-----------------|
| Lucro líquido (prejuízo) do exercício | 75.979 | (58.962) |
| (-) Reserva legal | (3.799) | - |
| (-) Reserva de incentivo fiscal | (3.644) | - |
| Base de cálculo | <u>68.536</u> | <u>(58.962)</u> |
| Dividendos mínimos obrigatórios | <u>17.134</u> | - |

A movimentação dos dividendos propostos e a pagar estão representadas a seguir:

| | <u>2018</u> | <u>2017</u> |
|--|-----------------|-------------|
| Saldo de dividendos no início do período | - | - |
| Dividendos aprovados anos anteriores | 15.200 | - |
| Dividendos propostos | 17.134 | - |
| Dividendos pagos | <u>(15.200)</u> | - |
| Saldo de dividendos no fim do período | <u>17.134</u> | - |

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

17. Receita operacional líquida

| | <u>2018</u> | <u>2017</u> |
|---|-----------------|-------------|
| Receita operacional | | |
| Remuneração dos ativos da concessão (a) | 122.859 | 111.172 |
| Receita de infra-estrutura (b) | 1.726 | 1.198 |
| Receita de operação e manutenção (c) | 12.965 | 8.275 |
| | 137.550 | 120.645 |
| Deduções da receita operacional | | |
| PIS | (2.279) | 432 |
| Cofins | (10.514) | 1.991 |
| Encargos do consumidor | (3.721) | (4.506) |
| | (16.514) | (2.083) |
| Receita operacional líquida | 121.036 | 118.562 |

(a) Remuneração dos ativos da concessão

A receita pela remuneração dos ativos da concessão é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que iguala exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

(b) Receita de infraestrutura

A receita relacionada a implementação da infraestrutura sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada.

(c) Receita de operação e manutenção

Operação e Manutenção refere-se à parcela do faturamento mensalmente informado pelo ONS destacada para remuneração dos serviços de operação e manutenção, com prazo médio de recebimento inferior a 30 dias.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

18. Custos da infraestrutura

| | 2018 | 2017 |
|---------------------------------------|-----------------|-----------------|
| Pessoal | (4.647) | (3.950) |
| Materiais | (326) | (219) |
| Serviços de terceiros | (4.870) | (6.128) |
| Gastos diversos | (925) | (1.096) |
| Custos dos serviços de infraestrutura | (1.982) | (1.168) |
| Custo de O&M | - | (9.379) |
| | (12.750) | (21.940) |

19. Despesas operacionais

| | 2018 | 2017 |
|-----------------------|----------------|----------------|
| Pessoal | (2.097) | (1.440) |
| Materiais | (39) | (54) |
| Serviços de terceiros | (1.238) | (1.550) |
| Gastos diversos | (226) | (245) |
| | (3.600) | (3.289) |

20. Receita e despesa financeira

| | 2018 | 2017 |
|---|-----------------|-----------------|
| Receitas financeiras | | |
| Receita de aplicações financeiras | 3.083 | 5.194 |
| Tributos sobre a receita financeira | (149) | (246) |
| Outras receitas financeiras | 116 | 100 |
| | 3.050 | 5.048 |
| Despesas financeiras | | |
| Encargos sobre empréstimos e financiamentos | (19.131) | (21.878) |
| Outros | (199) | (1.227) |
| | (19.330) | (23.105) |
| Resultado financeiro | (16.280) | (18.057) |

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros, objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

a) Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros da Companhia são representados por: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, concessionárias e permissionárias, fornecedores, empréstimos e financiamentos.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, não havia diferença significativa entre os valores contábeis e os de mercado para os instrumentos financeiros da Companhia.

b) Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a fornecedores, empréstimos e financiamentos. O principal propósito dos empréstimos e financiamentos é captar recursos para as operações da Companhia.

A Companhia possui depósitos à vista e a curto prazo que resultam diretamente de suas operações.

A Companhia está exposta a risco de crédito e risco de regulação.

A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos. As atividades em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas e disposição para risco da Companhia. É política da Companhia não participarem de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

A Companhia não realiza operações de hedge, swap ou quaisquer outras operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos.

O Conselho de Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos os quais são resumidos abaixo.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros, objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

b) Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações sujeitas a taxas de juros variáveis.

A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada de empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e a taxas variáveis. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *swap* contra este risco. Porém, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Sensibilidade a taxas de juros

No quadro abaixo, são considerados três cenários, sendo (i) cenário atual (provável) que é aquele adotado pela Companhia e (ii) cenário com deterioração de 25% da variável do risco considerado e (iii) cenário com deterioração de 50% da variável do risco considerado. Esses cenários foram definidos com base em hipóteses de alterações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Vale lembrar que os cenários apresentados estão sujeitos a ajustes relevantes em função de variações de performance operacional da companhia, que podem influenciar o seu nível de endividamento e liquidez.

| Instrumento/operação | Índice | Taxa provável | Risco | Cenário atual | Cenário II | Cenário III |
|------------------------------|--------|---------------|---------------|---------------|------------|-------------|
| Aplicações financeiras | DI | 6,39% | Redução DI | 3.083 | 2.312 | 1.542 |
| Empréstimos e financiamentos | TJLP | 6,6% | Alta da Selic | (19.130) | (14.348) | (9.565) |
| Resultado projetado | | | | (16.047) | (12.036) | (8.023) |

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros, objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

b) Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação

Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela gerência financeira da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pela Administração da Companhia e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como das demais empresas do setor de energia, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

22. Cobertura de seguros

A Companhia mantém política de contratar cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para as suas subestações de transmissão de energia elétrica, em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas com sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. A vigência da apólice de seguros é de 19 de dezembro de 2018 a 19 de dezembro de 2019.

A cobertura dos contratos de seguro está evidenciada a seguir:

| Finalidade do seguro | Importância segurada |
|--|---------------------------------|
| Incêndio, queda de raio e explosão de bens do Imobilizado (Instalações) | 31.340 |
| Danos elétricos (Instalações) | 7.460 |

* * *